



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário
Instagram: @massas.por
Nº 09 - 15/04/2026



**Manifesto do Partido Operário Revolucionário,
seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

À “Marcha da Classe Trabalhadora”

Que as centrais, sindicatos e movimentos populares convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua em todo o país;

Que seja um Dia Nacional de Luta preparado por assembleias sindicais e populares;

Que as reivindicações sejam discutidas desde os locais de trabalho e aprovadas coletivamente em assembleias;

Que seja constituído um comitê nacional baseado nas assembleias;

Que o método de luta e o objetivo do movimento correspondam à organização independente e à ação direta da classe operária e dos demais trabalhadores;

Que as centrais, sindicatos e movimentos populares não sirvam de instrumentos da política eleitoral e das disputas interburguesas pelo poder do Estado;

Que a “Marcha da Classe Trabalhadora” apoie a greve dos Técnico-administrativos da Fasubra e exija do governo Lula o cumprimento do Termo de Acordo de Greve Nº 11/2024;

Que o 1º de Maio seja o ponto de partida para a organização do movimento que realizará o Dia Nacional de Luta.

Esse Manifesto discorda da estratégia política estabelecida pela Conclat de utilizar a “*Marcha da Classe Trabalhadora*” para fins eleitorais, parlamentares e governamentais. Discorda também da orientação sobre a realização do 1º de Maio de forma descentralizada e fragmentada.

A crise econômica marcada pela guerra comercial, as contrarreformas antioperárias e antipopulares, o intervencionismo militar dos Estados Unidos e as guerras em curso exigem que as centrais, sindicatos e movimentos populares superem o divisionismo e organizem a marcha unitária dos explorados em defesa de um programa próprio de reivindicações e uma estratégia política que expresse a independência de classe dos oprimidos diante de todas as variantes da política burguesa e de seus governantes.

O ponto de partida da unidade na luta tem por base: 1) o emprego a todos; 2) o salário mínimo vital; 3) o restabelecimento e avanço dos direitos trabalhis-

tas; 4) a moradia, saúde e educação. Esses quatro pilares de defesa das condições fundamentais de existência dos assalariados e demais oprimidos estão em completa oposição ao regime capitalista de exploração do trabalho e a toda forma de governabilidade burguesa.

A persistência da Conclat em subordinar o programa de reivindicações ao Congresso Nacional e ao governo de plantão afasta os trabalhadores dos sindicatos e reforça a política patronal de bloquear a revolta instintiva dos oprimidos, que suportam a pesada carga dos baixos salários, do desemprego, do subemprego, da terceirização, da informalidade e, portanto, da marginalização de milhões de jovens diante da produção.

A afirmação da direção da CUT de que “70% dessa pauta (refere-se à Conclat de 2022) foi implementada pelo governo desde 2022 e foi encaminhada e está em tramitação/deliberação no Congresso Nacional” comprova a subordinação das centrais, sindic-

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

[https://www.youtube.com/
@pormassas](https://www.youtube.com/@pormassas)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



tos e movimentos à governabilidade burguesa. Está claro que nada mudou significativamente na situação de superexploração do trabalho, de alta concentração de riqueza em poder da minoria capitalista, de permanência da pobreza e miséria da maioria oprimida e das enfermidades sociais próprias do capitalismo em decomposição.

As migalhas que foram distribuídas da farta mesa dos proprietários dos meios de produção têm servido tão somente para ocultar os interesses dos exploradores e a politicagem dos governantes que servem a esses interesses. É o que mostram *“a política de valorização do salário mínimo, a política de igualdade salarial entre mulheres e homens; a retomada e ampliação do Bolsa Família, a reforma tributária, isenção de IR para quem ganha até R\$ 5.000,00”* etc. Basta ver o valor do salário mínimo apresentado pelo Dieese de R\$ 7.425,00 e o do governo Lula de R\$ 1.621,00 para se ter a comprovação de que se trata de uma migalha. É falso que a igualdade salarial entre homens e mulheres tem sido garantida. O Bolsa Família não passa de um tapa buraco no precipício da miséria. A isenção do Imposto de Renda para uma parcela dos trabalhadores não alterará substancialmente o poder de compra dos salários, mas os poderosos capitalistas continuarão a ser sub-taxados (manteve-se o IR regressivo, sendo que os assalariados como um todo não deveriam arcar com o IR).

As centrais, sindicatos e movimentos têm a função e o dever de organizar a luta para arrancar dos exploradores e governantes as reivindicações da classe operária e não a de esmolar nas portas dos Três Poderes em Brasília. As reivindicações de redução da jornada sem reduzir os salários e o fim da escala 6x1 são, de fato, parte do programa próprio dos trabalhadores. E preciso, no entanto, não subordiná-las ao jogo eleitoral, parlamentar e presidencial.

A jornada e o salário estão intimamente ligados. A contrarreforma trabalhista de Temer tornou mais grave essa relação em favor da exploração capitalista da força de trabalho. A expansão da terceirização é a forma mágica encontrada pelos administradores do capital para manter a exaustiva jornada de trabalho e pagar salários menores. Vem sendo aplicada, inclusive, nos serviços públicos. Não se pode combater a pejetização, como declara a Conclat, sem se lutar pela derrubada da contrarreforma trabalhista. Ocorre que Lula assumiu a continuidade de sua implantação, bem como à da Previdência, de Bolsonaro. É nessas condições de brutal exploração da maioria que se mantém mais de 40% da força de trabalho na informalidade.

As direções das centrais e sindicatos se sujeitaram às contrarreformas e se opõem à organização de um movimento pelo fim das contrarreformas trabalhista e previdenciária. De forma que se adaptaram ao contínuismo do governo nacional-reformista do PT. O que na prática significa capitular diante das contrarreformas dos governos pró-imperialistas de Temer e Bolsonaro.

Os trabalhadores técnico-administrativos federais estão em greve exigindo o cumpri-

mento do acordo de 2024. O que mostra a face antitrabalhadora do governo Lula, que sequer cumpre os termos do acordo de greve com a Fasubra. Esse é o momento para as centrais exigirem que Lula cumpra o acordo.

O Partido Operário Revolucionário (POR) participa da *“Marcha da Classe Trabalhadora”* pela redução da jornada sem redução dos salários e fim da escala 6x1; pelo combate à pejetização; pela aplicação da lei do trabalho igual, salário igual e pela proteção à vida das mulheres, defendendo a convocação de um Dia Nacional de Luta, organizado sobre a base das assembleias sindicais e populares. Chama os trabalhadores e a sua vanguarda com consciência de classe a rejeitarem a sujeição das reivindicações às manobras eleitorais, parlamentares e governamentais. Sobre essa base o POR defende:

- 1) Realização de um 1º de Maio unitário, classista e internacionalista;
- 2) Que o 1º de Maio esteja voltado à convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua;
- 3) Que as reivindicações do 1º de Maio se concentrem na defesa da redução da jornada de trabalho sem redução dos salários (escala móvel das horas de trabalho), fim da escala 6x1, elevação do salário mínimo de acordo com as necessidades da família trabalhadora, fim da terceirização e efetivação dos terceirizados, revogação da reforma trabalhista e previdenciária, não à reforma administrativa, plano de construção de moradias populares aprovado pelas assembleias, combate às privatizações e estatização sob o controle operário dos ramos fundamentais da produção;
- 4) Que as reivindicações internacionalistas do 1º de Maio se concentrem na luta anti-imperialista pelo fim das guerras de dominação; direito à autodeterminação das nações oprimidas; apoio incondicional à resistência do Irã contra os bombardeios dos Estados Unidos e Israel; imediata retirada das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza, Cisjordânia e Líbano; fim do genocídio do povo palestino; por uma paz sem anexação sob a unidade revolucionária da classe operária ucraniana e russa para pôr fim à guerra na Ucrânia; expulsão do imperialismo norte-americano da Venezuela e fim do bloqueio econômico à Cuba.

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, lutemos em defesa da maioria explorada com o programa próprio de reivindicações e com o método da ação direta, que são as greves, ocupações, bloqueios e manifestações coletivas. Defendamos a independência dos sindicatos diante do Estado e de toda política burguesa. Exijamos a mais rigorosa unidade sindical na defesa das reivindicações e contra a ditadura de classe da burguesia.

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, com essa posição o Partido Operário Revolucionário luta pela revolução social e pela constituição de um governo operário e camponês.

Viva um 1º de Maio classista, revolucionário e internacionalista!



Leiam e divulguem o Jornal Massas. É um jornal voltado à luta pela emancipação da classe operária e demais oprimidos da exploração capitalista. É um jornal do Partido Operário Revolucionário (POR), que luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade sem exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista. **O POR chama os trabalhadores a dar todo apoio ao Jornal Massas!**